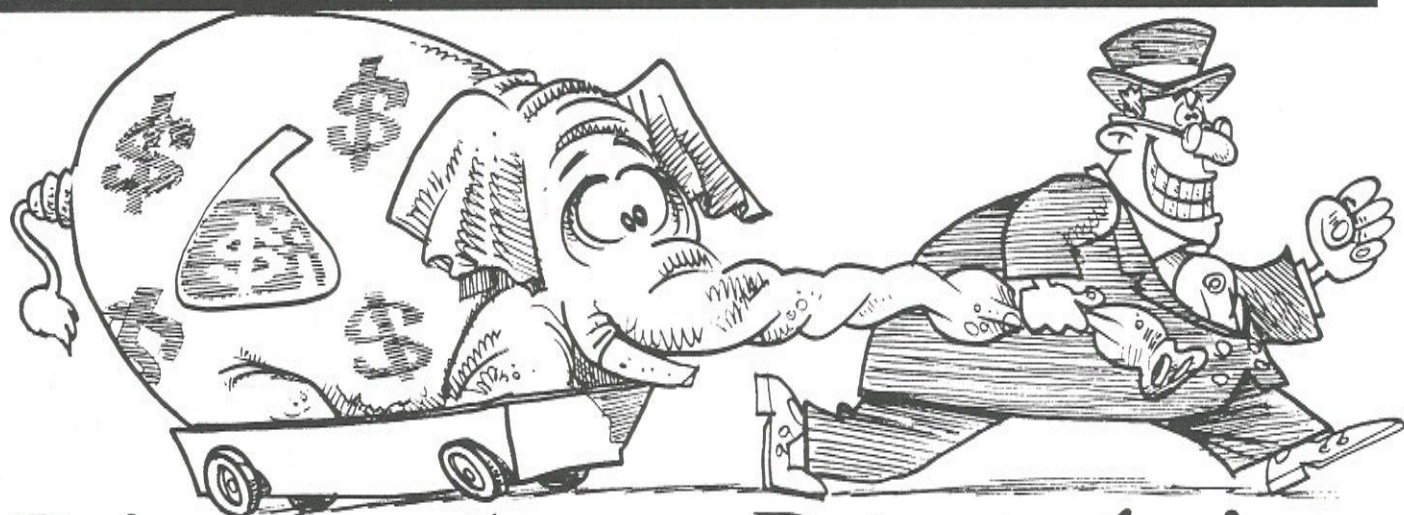




ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

JUNHO DE 1994
Nº 69



Privatizações na Petroquímica: o que a grande imprensa não vai noticiar

Foi concluída a CPI que trata das irregularidades nas privatizações. O relatório do Senador Amir Lando não foi aprovado pela maioria dos membros da Comissão, entre eles os Deputados Ezio Ferreira, José Lourenço e Roberto Campos. Pelo contrário, foi aprovado um relatório alternativo produzido pelo Deputado Rubem Medina. Claro, ninguém poderia esperar que tais pessoas votassem contra os interesses dos grupos corruptores no Brasil. Não é por acaso que dois dos maiores deles estão conduzindo (eles e mais ninguém) os processos de privatização na Petroquímica: os bancos e as grandes empreiteiras.

Quem são esses dois poderosos inimigos do Brasil? Quem são esses, que nada produzem, bens ou serviços, e, no entanto, ficam com a maior parcela da renda, da riqueza produzida no Brasil? Dotados de grande força política, adquirida principalmente nas áreas miseráveis do País — onde, por exemplo, congressistas são eleitos com poucos milhares de votos — eles, ou seus prepostos, estão no Congresso, nos Ministérios, nos Tribunais e na Imprensa.

Bancos: um dos dois grandes inimigos do Brasil. Sua função aqui, quase única, é recolher dinheiro da população e aplicar em rentáveis (e sem risco) títulos da dívida governamental que, como bola de neve, eles ajudam a aumentar.

Seus altos e fáceis rendimentos são empregados, então, em especulações predatórias e improdutivas.

Não produzem nada. Sua imensa rede de captação — o BRADESCO, por exemplo, tem cerca de 2.000 agências no Brasil: o Bank of America, em todo o mundo, não chega a ter 400! — oferece o que eles chamam de produtos, serviços... pequenas iscas, custosas, mas pagas por você, para disputar o depósito público. Serviços? Criação de riquezas? Só se for para eles próprios.

As grandes empreiteiras: outro grupo de poderosos inimigos do País. As grandes empreiteiras exercem hoje no Brasil duas atividades principais: a de lobby junto ao Governo para criar obras,

atividade que inclui corromper, coagir, fraudar, manipular, etc. e a de administração financeira de contratos de subempreitamento de obras, de forma que haja, entre o que o País gasta e o que as subempreiteiras executoras recebem, o lucro alto e fácil desviado pelas empreiteiras e logo aplicado em especulação predatória, tal como os bancos.

Com esses dois formidáveis parasitas, bancos e empreiteiras, drenando o sangue do Brasil, nessa imensa hemorragia das forças e dos recursos do País, não é surpreendente que nenhum plano de estabilização econômica seja proposto para valer e que nenhum projeto de desenvolvimento possa aqui existir. Resta a desesperança, a humilhação do desemprego, a fome corrosiva e o medo dos que ainda não perderam tudo.

As empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari vão ser desestatizadas nos próximos meses.

Foram construídas, basicamente, com recursos públicos da PETROBRÁS, do BNDES, de tributos não recolhidos (incentivos fiscais) e de outras fontes de financiamento governamental. Agora, dois bancos, o BBI — Banco da Bahia de Investimentos e o Banco Econômico, juntos com uma grande empreiteira, a Odebrecht, vão ganhá-las em leilões públicos, rituais debochados para consagrar negociatas já consumadas. Foi assim nas privatizações dos Pólos Petroquímicos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, pólos, aliás, em que a Odebrecht passou a ter, direta e indiretamente, o controle efetivo.

A hemorragia a que o Brasil está submetido por banqueiros e empreiteiras está bem retratada no caso das privatizações de empresas petroquímicas. Aqui também a imprensa, que denunciou o Presidente e muitos parlamentares corrompidos, é omissa e conivente com os corruptores. Talvez, um dia, ela venha a desmascarar os executores do Programa Nacional de Desestatização ou mesmo os dirigentes de estatais que se prestaram ao triste papel de quintas-colunas. Mas jamais falarão dos reais responsáveis e principais beneficiários das privatizações: os banqueiros e as grandes empreiteiras. Queimam-se

“O relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito constitui-se num dos melhores diagnósticos do processo de empobrecimento nacional com as privatizações”

as marionetes; ficam intocados seus manipuladores.

Reproduzem-se adiante alguns dos principais tópicos contidos no não aprovado Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que teve como Relator o Senador Amir Lando. Este documento, estigmatizado com a sua não divulgação, constitui-se num dos melhores diagnósticos já realizados do processo de empobrecimento nacional com as privatizações.

Sobre a atuação da Imprensa Nacional

"Em torno do assunto (PND) levantou-se intransponível muralha de silêncio e a Imprensa Nacional hostilizou as investigações com a mais negra censura, fazendo duvidar da lúdica e ampla liberdade garantida pela Constituição Federal. A censura econômica é mais cruel e nociva do que a política..." ("Apresentação" do Relatório).

Sobre o papel do Estado, via PETROQUISA, na criação dos três pólos de empresas petroquímicas.

"... as tentativas de exclusão da PETROBRÁS da petroquímica, ocorridas após a Revolução de 1964, e de reservar o setor para a iniciativa exclusiva da empresa privada, redundaram no fracasso do projeto (da Petroquímica União, Pólo Petroquímico de São Paulo). A falência do projeto resultou na criação da PETROBRÁS QUÍMICA S.A. que, participando da empresa com seu respaldo técnico e empresarial, levou à sua concretização e ao sucesso por todos reconhecido.

A iniciativa foi de tal modo bem sucedida que o Governo entregou à subsidiária da PETROBRÁS a responsabilidade pela implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste (Camaçari-BA) e do Pólo Petroquímico do Sul (Triunfo-RS)" (Página 81).

Sobre a argumentação tendenciosa para retirar da PETROBRÁS o seu braço químico

"A PETROQUISA era, até 1990, uma empresa altamente lucrativa, não tendo, em nenhum momento, recorrido a recursos do Tesouro Nacional e nem mesmo a sua empresa controladora, a PETROBRÁS. Pelo contrário, contribuiu fortemente para os lucros da empresa petrolífera estatal" (Página 82).

"... a Comissão Diretora do PND optou por vender, uma a uma, as participações acionárias da PETROQUISA, numa operação destinada a acabar com a "holding" e, conseqüentemente, com o braço químico da PETROBRÁS. Esse processo caótico desestruturou o setor petroquímico, privilegiou grupos na aquisição do parque petroquímico com moedas podres e a preços favorecidos e fomenta a formação de oligopólios privados. Para isto, os gestores do programa valeram-se de propaganda tendenciosa que apresentava a petroquímica estatal como um "elefante branco" que onerava o "déficit público do País". (Página 85)

Sobre as benesses e os beneficiários das privatizações

"Os beneficiários dessa operação (troca de títulos da dívida pública por ações das empresas do Sistema PETROQUISA) foram grupos que adquiriram esses títulos no mercado, com deságio superior a 50% em relação ao valor de face (um dólar, no leilão, custou menos que 50 "cents") e ainda aqueles que obtiveram, do BNDES, financiamentos em condições altamente favorecidas para a aquisição das moedas de privatização em poder do referido banco" (Páginas 86 e 87).

"A tática da CD/PND e do BNDES foi de apresentar os preços mínimos (das empresas) à PETROQUISA como fato consumado; à estatal caberia apenas referendar valores, tornando a apreciação pela

AGE (Assembléia dos Acionistas) um ato puramente "pro-forma". (Página 88)

"Como não tinha acesso aos trabalhos dos consultores (avaliadores contratados), a PETROQUISA se viu obrigada a realizar, através de seus órgãos técnicos, análises objetivando estimar o valor das empresas nas quais possuía participação.

Com base nesses estudos, a PETROQUISA solicitou ao BNDES que revisse os preços mínimos estabelecidos para várias empresas. A resposta foi a de que a competência para fixação do preço mínimo era exclusiva da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização" (Página 89).

"No caso da COPEL (principal empresa do Pólo Petroquímico do Sul), a avaliação feita por uma empresa contratada pelo BNDES chegou a um valor de US\$ 945 milhões (valor global). Alguns indicadores evidenciam que, do ponto de vista econômico, houve uma subavaliação. Em 1992, as instalações da COPEL estavam seguradas em US\$ 1,2 bilhão. No mesmo ano estimava-se que a montagem de uma planta semelhante à da COPEL envolveria recursos da ordem de US\$ 1,3 bilhão".

(Página 90)

"A PETROQUISA, por diversas vezes, em defesa de seu patrimônio, tentou providenciar a distribuição dos lucros acumulados nas empresas em processo de privatização e declarar os dividendos auferidos até a data da venda das ações.

Esta ação de defesa do patrimônio público era obstaculizada pela CD/PND que negava estes direitos da PETROQUISA, argumentando que os lucros acumulados e os dividendos a declarar estavam incluídos nos preços mínimos arbitrados para a alienação das empresas". (Página 93)

"Os resultados dos leilões evidenciam forte tendência a concentração (das empresas petroquímicas) em grandes grupos.

Com relação à COPEL, seu controle foi assumido pela empresa ODEBRECHT, com aproximadamente 25% do capital votante, através de sua participação em duas empresas acionistas da COPEL — a PPH e a POLIOLEFINAS — e contando com a parceria do Banco Econômico.

O leilão da POLIOLEFINAS teve lance único, oferecido por uma acionista — a ODEBRECHT —, que passou a controlar a empresa, com uma participação de 62,5% sobre o capital.

Além disso, a ODEBRECHT, com sua participação na CPC — Companhia Petroquímica de Camaçari e a do grupo ECONÔMICO na POLITENO, na POLIALDEN e na CIQUINE — Companhia Petroquímica, controlará praticamente a NORDESTE QUÍMICA S.A. NORQUISA, empresa "holding" do Pólo de Camaçari bem como, através desta, a COPENE — Petroquímica do Nordeste S.A. e a SALGEMA Indústrias Químicas

S.A., empresa estratégica para a produção de PVC.

Na oligopolização que se projeta na petroquímica brasileira, destaca-se a presença do Grupo ODEBRECHT, cuja suspeição nos escândalos que têm abalado os Poderes Executivo e Legislativo é pública e notória.

Através de suas controladas e coligadas (POLIOLEFINAS, PPH, UNIPAR, etc) este grupo continua tendo acesso à financiamentos privilegiados do BNDES, apesar de disposição normativa em contrário emitida pela Presidência da República" (Páginas 98 e 99).

"A PETROQUISA, por diversas vezes, em defesa de seu patrimônio, tentou providenciar a distribuição dos lucros acumulados nas empresas em processo de privatização e declarar os dividendos auferidos até a data de venda das ações"

"Na oligopolização que se projeta na petroquímica brasileira, destaca-se a presença do grupo Odebrecht, cuja suspeição nos escândalos que têm abalado os poderes Executivo e Legislativo é pública e notória"

Fernando Leite Siqueira
Presidente
Depro-Coden — Sala: 1729
Corr. Eletr. Chave: 0029 CPD: RJ00
Teltrab: 534-1329 — Fax: 534-3754
Ricardo Moura de A. Maranhão
Vice-Presidente
Segen-Diage — Sala: 7º andar
Corr. Eletr. Chave: SGLJ CPD: 57001
Teltrab: 566-5429/5993 — Fax: 566-5991
Julio Diniz Bastos Pinto
Diretor de Patrimônio
Petroquímica-Geffin — Sala: 410
Teltrab: 296-5131 R. 243
Fax: 263-4294
Nelson Camanho da Costa Filho
Vice-Diretor Patrimônio
Decom-Super-Sedep — Sala: 1882
Corr. Eletr. Chave: DC86 CPD: RJ01
Teltrab: 534-3238
Fax: 262-2664

Argemiro Pertence Neto
Diretor de Comunicações
Sernat-Dioci/Secab — Sala: 662
Corr. Eletr. Chave: SMUI CPD: RJ00
Teltrab: 534-1729
Fax: 534-3836
Hildebrando José Campos Gonsales
Vice-Diretor de Comunicações
Petroquímica-GDVL Sala: 910
Teltrab: 296-5131 Ramal 201 (263-4244)
Fax: 263-4294
Carlos Augusto Dauzacker Brandão
Diretor de Pessoal
Av. Rui Barbosa, 636/1004 — CEP: 22250-020
Sydney Reis Santos
Vice-Diretor de Pessoal
Sernat-Pesop — Sala: 1604
Corr. Eletr. Chave: A314 CPD: RJ01
Teltrab: 534-2757/3901
Fax: 534-3895/220-2686

Sydney Granja Afonso
Diretor Cultural
Sernat-Super — Sala: 1653
Corr. Eletr. Chave: A272 CPD: RJ01
Teltrab: 534-3503
Fax: 220-2686
Jose Conrado de Souza
Vice-Diretor Cultural
Decom-Disup-Seproc — Sala: 1973
Corr. Eletr. Chave: DCD2 CPD: RJ01
Teltrab: 534-1152
Fax: 534-3607
Conselho Fiscal
Guilherme Vaz do Couto
Petrofertil-Geplan — Sala: 1415
Teltrab: 217-5372
Fax: 240-4523
Wagner Granja Victor
Segen-Empab — Sala: 9º andar

Corr. Eletr. Chave: SG02 CPD: C57001
Teltrab: 566-5684
Fax: 566-5634
Frederico Augusto Varejão Marinho
Depex-Digef — Sala: 955
Corr. Eletr. Chave: S134 CPD: RJ00
Teltrab: 534-3749 — Fax: 534-2723
Márcia de Mendonça Sobral
Sefin-Seconf — Sala: 358
Corr. Eletr. Chave: SF77 CPD: RJ01
Teltrab: 534-1446
Fax: 534-2048
Jose Cláudio Guimarães Teixeira
Cnrcps-Super-Diproc-Semce — S/011-A
Corr. Eletr. Chave: ECFW CPD: RJ00
Teltrab: 598-6511
Fax: 598-6790
Norberto dos Anjos Silva Filho
Sernat-Dimpre-Sedad — Sala: 653
Corr. Eletr. Chave: SM36 CPD: RJ00
Teltrab: 534-2616 — Fax: 534-3834